

Organizadores

María Lúcia Bahia Lopes

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula

6

SÉRIE ESTUDOS DE IMPACTOS DO FNO

**Sistema de indicadores de
monitoramento e avaliação
do Fundo Constitucional de
Financiamento do Norte (FNO)**

Sistema de indicadores de monitoramento e avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Organizadores

Maria Lúcia Bahia Lopes
Roberto Batista Schwartz Martins de Paula

Coordenador

Antonio Carvalho Campos (UFV)

Autor

Marcelo José Braga (UFV)

Consultoria

Fundação de Apoio à Universidade Federal de Viçosa (FUNARBE)
Marcelo José Braga
Coordenador

Editor técnico: Maria Lúcia Bahia Lopes
Normalização e revisão: Oderle Milhomem Araújo CRB2/745
Editoração eletrônica: DC3 Comunicação
Capa: DC3 Comunicação

Correspondências:

Gerência de Estratégia e Organização (GEREO)
Av. Presidente Vargas, 800 – 7º andar – Belém-PA – CEP 66017-901
e-mail: gereo@bancoamazonia.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S622 Sistema de indicadores de monitoramento e avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) / Marcelo José Braga ; Coordenador: Antonio Carvalho Campos ; Organizadores:, Maria Lúcia Bahia Lopes, Roberto Batista Schwartz Martins de Paula. - Belém: Banco da Amazônia, 2013.
.. p. – (Série estudos de impactos do FNO, 6)

ISBN 978-85-89548-25-0

1. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. 2. Avaliação de desempenho. I. Braga, Marcelo José. II. Campos, Antonio Carvalho, coord. III. Lopes, Maria Lúcia Bahia, org. IV. Paula, Roberto Batista Schwartz Martins de, org. V. Título. VI. Série.

CDD: 331

BANCO DA AMAZÔNIA

DIRETORIA EXECUTIVA

Valmir Pedro Rossi

Presidente

Antônio Carlos de Lima Borges

Diretor de Infraestrutura do Negócio (DINEG)

Carlos Pedrosa Junior

Diretor de Controle e Risco (DICOR)

Nilvo Reinoldo Fries

Diretor de Análise e Reestruturação (DIARE)

José Roberto de Lima

Diretor Comercial e de Distribuição (DICOM)

Wilson Evaristo

Diretor de Gestão de Recursos (DIREC)

Luiz Lourenço de Souza Neto

Secretário Executivo de Estratégia, Organização e Projetos (SEORP)

Fernanda Gene Nunes Barros

Gerente Executivo de Estratégia e Organização (GEREO)

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula

Coordenador de Estudos Macroeconômicos e Regionais (CEMAR)

Maria Lúcia Bahia Lopes

Editora Técnica

Oderle Milhomem Araújo

Editora Técnica

BANCO DA AMAZÔNIA
Direção Geral: Av. Presidente Vargas, 800.
CEP 66017- 000. Belém - Pará
Telefone: PABX (91) 4008-3888.
Site: <http://www.bancoamazonia.com.br>

SUMÁRIO

	RESUMO EXECUTIVO	00
1	O FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO): ORIGEM E CARACTERÍSTICAS	00
1.1	Objetivos	00
1.2	Diretrizes do FNO	00
1.3	Beneficiários do FNO	00
1.4	Ações e estratégias	00
1.4.1	Apoio à agricultura familiar	00
1.4.2	Estímulo às microempresas e empresas de pequeno	00
1.4.3	Incentivo ao turismo regional sustentável	00
1.4.4	Valorização da cultura amazônica	00
1.4.5	Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	00
1.4.6	Incentivo à formação de arranjos produtivos locais	00
1.4.7	Participação no Programa Banco para Todos	00
1.4.8	Apoio ao programa de microcrédito produtivo orientado	00
1.4.9	Apoio ao agronegócio regional	00
1.4.10	Estímulo à pesca e aquicultura	00
1.5	Programas e linhas de financiamento do FNO	00
1.6	Resultados esperados	00
1.6.1	Resultados qualitativos	00
1.6.2	Resultados quantitativos	00
2	REFERENCIAL TEÓRICO PARA FINS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	00
2.1	A implementação de políticas públicas no Brasil	00
2.2	Conceitos básicos para a área de monitoramento e avaliação	00
2.3	Monitoramento e acompanhamento	00
3	ESTRUTURA DO MODELO LÓGICO	00
4	O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE INDICADORES	00
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	00
	REFERÊNCIAS	00
	APÊNDICES	00

RESUMO EXECUTIVO

A avaliação de um programa de governo refere-se à coleta e análise sistemática de informações sobre características, processos e impactos do mesmo, de forma a gerar recomendações para aperfeiçoar a gestão e a qualidade do gasto público (BRASIL, 2008). Ela desenvolve análises explicativas, por meio do cálculo de indicadores, com o emprego de métodos científicos que especificam as interdependências entre processos e resultados. O monitoramento distingue-se da avaliação, uma vez que produz e atualiza, contínua e sistematicamente, informações sobre o processo de implementação do programa, registrando aspectos qualitativos e quantitativos sobre os recursos, ações e produtos, a partir de informações prestadas pelos coordenadores da gestão para orientar a intervenção na execução do programa.

Até recentemente, não havia no Brasil a preocupação com o monitoramento e a avaliação de políticas públicas. Acreditava-se, pura e simplesmente, na necessidade de aprimoramento do processo de formulação dos planos de desenvolvimento, uma vez que planos bem elaborados levariam aos resultados almejados. Contudo, essa linha de pensamento foi modificada a partir da segunda metade dos anos de 1990, quando se propôs a reforma do papel do Estado Desenvolvimentista. A partir de então, a apreciação do desempenho da intervenção estatal torna-se mandatária para avaliar e adequar as ações do órgão gestor no sentido de alcançar os objetivos pré-estabelecidos, mesmo diante de resultados aparentemente favoráveis.

A formalização dessa nova perspectiva para a atuação do Estado teve início no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, quando o então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, elabora o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE), que é aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, vinculada ao Conselho de Governo da Presidência da República. Esse documento, além de apresentar diagnóstico da crise do Estado (crise fiscal, crise no modo de intervenção no mercado e crise do seu próprio aparelho), delinea as suas novas funções num contexto de globalização, para viabilizar o atendimento das demandas sociais e a inserção competitiva da economia brasileira nos mercados internacionais. Assim, define novo papel para o Estado promotor e regulador do desenvolvimento social e econômico e fortalece sua capacidade de formulação e avaliação de políticas públicas, de forma a aumentar a sua governança.

Nesse sentido, este estudo apresenta os indicadores a serem utilizados no monitoramento e avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. Considerando as ações adotadas pelo Banco da Amazônia na aplicação dos recursos do Fundo, as estimativas que determinam

os graus de eficiência, eficácia, efetividade, sustentabilidade, custo-efetividade, satisfação do beneficiário e equidade permitem aferir a qualidade da gestão dos programas por meio de critérios quantitativos e qualitativos.

Por meio da utilização desses critérios, podem-se calcular indicadores de estrutura ou insumo para avaliar a adequação dos recursos humanos, físicos e financeiros aportados ao programa. Em seguida, os indicadores de processo permitem verificar se os procedimentos, os modos de conversão e o uso dos recursos aportados são satisfatórios à implementação das ações. Finalmente, os indicadores de resultados medem o grau em que os objetivos intermediários ou finais da ação são alcançados. Estes podem ser expressos como indicadores de produto, que se referem aos resultados intermediários ou de curto prazo, de impacto, que estão associados com os resultados de longo prazo, e de efeitos, que medem os impactos indiretos, antecipados ou não pelo programa.

Essa iniciativa vai ao encontro da institucionalização do processo de avaliação no âmbito do Banco da Amazônia, que procura, por meio desse procedimento, contribuir para a desmistificação da visão negativa da avaliação de políticas públicas como um obstáculo ou instrumento de crítica ao órgão gestor. O aperfeiçoamento das metodologias na construção de indicadores de monitoramento e avaliação contribui para uma melhor compreensão desse processo como um mecanismo auxiliar do órgão gestor para o alcance da excelência na implementação das medidas de políticas públicas em nosso país.

1 O FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO): Origem e características

Os Fundos Constitucionais foram criados pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu em seu artigo 159, inciso I, alínea "c", a obrigação de a União destinar 3% da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional.

Segundo a Lei n.º 7.827, de 27/09/1989, alterada pela Lei n.º 9.126, de 10/11/1995, fica regulamentado o referido artigo, que instituiu os Fundos Constitucionais. Mais tarde, a Lei n.º 10.177, de 12/01/2001, dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei n.º 7.827, e dá outras providências. Assim, para a Região Norte foi criado o FNO, tendo como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, por meio de programas de financiamento aos setores produtivos privados.

Assim, recursos do FNO, provenientes de 0,6% da arrecadação do IR e IPI, são administrados pelo Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, que os aplica através de programas elaborados, anualmente, de acordo com a realidade ambiental, social e econômica da região, em parceria com os representantes das instituições públicas e dos diversos segmentos da sociedade, em consonância com o Plano Plurianual para a Amazônia Legal (PPA) e com as prioridades espaciais e setoriais definidas pelas unidades federadas da Região Norte. O FNO é a principal fonte de recursos financeiros estáveis para crédito de fomento, dirigido para atender às atividades produtivas de baixo impacto ambiental, cuja macrodiretriz é o desenvolvimento sustentável da Região Norte.

1.1 Objetivos

O objetivo principal do FNO é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, compatível com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), mediante a execução de programas de financiamento às atividades produtivas dos setores agropecuário, industrial, agroindustrial, mineral, infraestrutura, de turismo, comércio e serviços. Em termos específicos, as ações do Fundo visam aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária, melhorar a distribuição intrarregional de renda e reduzir as discrepâncias existentes entre o nível de desenvolvimento da Região Norte e o das demais regiões brasileiras.

1.2 Diretrizes do FNO

O Banco da Amazônia, tomando como referencial a Constituição Federal, a Lei n.º 7.827/1989 e os conteúdos dos Planos Plurianuais, respeita os seguintes princípios e diretrizes na operacionalização dos programas de financiamento do FNO:

- concessão de financiamentos, exclusivamente, aos setores produtivos privados da região;
- apoio à criação de centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intrarregionais de renda;
- tratamento preferencial às atividades produtivas de mini/pequenos produtores rurais e micro/pequenas empresas;
- prioridade para produção de alimentos básicos destinados ao consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes a produtores rurais, suas associações e cooperativas;
- uso intensivo de matérias-primas e mão de obra locais;
- utilização de tecnologia compatível com a preservação do meio ambiente;
- uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente e grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- adoção de prazos e carências, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- conjugação de crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- proibição de aplicação de recursos a fundo perdido; e
- ação integrada com instituições federais, estaduais, municipais e outras representativas dos setores produtivos, sediadas na região, objetivando o fortalecimento das parcerias, necessárias à correta aplicação do crédito.

1.3 Beneficiários do FNO

Os beneficiários dos recursos do FNO são: os produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas de direito privado e de capital nacional); as empresas, inclusive firmas individuais, de direito privado e de capital nacional e estrangeiro (no caso de empresa estrangeira, devem ser obedecidas as seguintes condições: para ampliação e modernização, ou seja, após o início das operações, e somente para as atividades consideradas de alto interesse nacional); empresas Públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, nos empreendimentos de infraestrutura econômica prioritários para a economia pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); e as associações e cooperativas, legalmente constituídas e em atividade há mais de 180 dias, de direito privado e de capital efetivamente nacional, com, no mínimo, 20 associados.

A área de atuação do FNO abrange toda a Região Norte, compreendendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Essa corresponde a 45% do território nacional, atingindo 449 municípios que compõem a base político-institucional da região, que é de 3.869.637,90 km², com uma população de 15.864.454 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.4 Ações e estratégias

A partir do final da década de 1980, o Banco da Amazônia, como gestor do FNO, possibilitou aos mini, micro e pequenos produtores e empresários da região o acesso a uma fonte permanente e estável de financiamentos de longo prazo, com encargos diferenciados, resultando no crescimento de postos de trabalho e da geração de renda. No entanto, para o século 21, a sua atuação está voltada para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, através da definição de critérios rigorosos na análise do crédito, modernização tecnológica, expansão da rede de atendimento e foco no cliente, além de novas fontes de recursos.

As ações e estratégias do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável estão alinhadas às seguintes prioridades do Governo Federal para a Amazônia Legal.

1.4.1 Apoio à agricultura familiar

O Banco da Amazônia tem como prioridade a concessão de financiamentos às atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura familiar. Com uma política de atuação voltada para o pequeno produtor, valoriza o associativismo de produção e intensifica o seu apoio às populações tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, atendendo também agricultores sem-terra, nos programas oficiais de reforma agrária.

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco contribui com a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Também tem colaborado com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), destinando recursos de seu próprio orçamento aos órgãos oficiais prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos estados da Região Norte. Tem uma parceria pioneira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da região.

1.4.2 Estímulo às microempresas e empresas de pequeno porte

Em sua ação de fomento para o desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia prioriza a concessão de financiamentos às atividades produtivas das micro e pequenas empresas. O apoio se dá em consonância com a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se a participação no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e a parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), por meio de convênio de cooperação para desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito.

1.4.3 Incentivo ao turismo regional sustentável

O turismo representa uma excelente oportunidade para a estruturação de negócios sustentáveis e, principalmente, para o desenvolvimento regional. Para o Banco da Amazônia, a alavancagem do setor perpassa, necessariamente, pela estruturação de alianças institucionais para empreender ações compartilhadas que contribuam para a dinamização do turismo na Amazônia. Visando contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável na região amazônica, o Banco da Amazônia elaborou, em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, com a percepção de

que, mesmo a região possuindo potencial para o desenvolvimento do mesmo, existem desafios que podem ser transformados em oportunidades de promover o desenvolvimento sustentável do setor.

1.4.4 Valorização da cultura amazônica

Instituído por meio do Decreto n.º 6.226/2007, de outubro de 2007, o Programa Mais Cultura, do Governo Federal, representa uma iniciativa que tem mobilizado esforços de um conjunto de agentes, como o Ministério da Cultura, os bancos federais, governos estaduais e municipais, visando garantir condições para que a diversidade cultural brasileira possa se manifestar de forma plena. Nessa perspectiva, o Banco lançou o Programa de Ação "Amazônia Mais Cultura", cuja proposta é ser uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em consonância com a agenda social do Governo Federal, que tem no setor um dos eixos prioritários e estratégicos. Por meio do Programa, o Banco da Amazônia pretende prospectar oportunidades de negócios sustentáveis.

1.4.5 Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O PAC implantado pelo Governo Federal tem como premissa básica estimular o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e do emprego, com foco na inclusão social e melhoria na distribuição de renda. As ações e metas do Programa estão focadas, sobretudo, no investimento em infraestrutura, no estímulo ao crédito e ao financiamento, na melhoria do ambiente de investimento, na desoneração e administração tributária e nas medidas fiscais de longo prazo. Desde o lançamento do PAC, o Banco da Amazônia tem contribuído no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente quanto ao incremento da taxa de investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia contemplam setores estratégicos da economia regional, como transporte, saneamento básico e geração de energia.

1.4.6 Incentivo à formação de arranjos produtivos locais (APL)

A estratégia de arranjos produtivos locais (APLs) incentiva a cooperação entre agentes produtivos e ao mesmo tempo, dada a sua capacidade de congregiar elementos de competitividade, permite a estruturação de redes entre instituições de pesquisa, tecnologia, educação, transportes, crédito e infraestrutura. Com essa percepção, o Banco atua como membro do

Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo MDIC e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os estados da Amazônia.

1.4.7 Participação no Programa Banco para Todos

O Banco da Amazônia participa, ao lado das demais instituições financeiras públicas federais, do Programa Banco para Todos, de iniciativa do Governo Federal. Esse programa de inclusão bancária possibilita o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema, especialmente aos trabalhadores informais e aos de baixa renda. A atuação do Banco se dá mediante a concessão de crédito de baixa renda, por meio de operações de microcrédito voltadas, principalmente, para a aquisição de bens de consumo e de pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca, de cachorro-quente e máquinas de costura.

1.4.8 Apoio ao programa de microcrédito produtivo orientado

Em adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, o Banco da Amazônia implantou o Programa "Amazônia Florescer", atendendo, dessa forma, ao disposto na Lei n.º 11.110, de 25 de abril de 2005, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal. O programa e a metodologia garantem melhor controle de adimplência, em razão de não se limitarem à concessão simples do crédito. O "Amazônia Florescer" foi concebido para possibilitar o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Amazônia, permitindo o relacionamento direto e permanente com os mesmos nos locais onde é executada a atividade econômica, por meio de empréstimos sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio.

1.4.9 Apoio ao agronegócio regional

O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional pelo Banco da Amazônia tem oportunizado a estruturação e a alavancagem de importantes segmentos, como o de produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletroeletrônico), turismo,

artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais. Os investimentos realizados pelo Banco da Amazônia no agronegócio regional cobrem um amplo espectro de atores do setor rural amazônico, onde tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande porte, permitindo a inserção competitiva nos mercados nacional e internacional.

1.4.10 Estímulo à pesca e aquicultura

O Banco da Amazônia estimula o desenvolvimento da produção pesqueira regional, financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura, proporcionando-lhes melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional.

Assim, as aplicações financeiras do FNO estão alinhadas às orientações estratégicas do Governo Federal, contidas nas políticas e programas para a Amazônia, como o PPA, a PNDR, o PAS, o PAC, a Política Nacional de Agricultura Familiar, a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais e o PNT. Desse modo, as diretrizes estratégicas do Fundo estão voltadas para a concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), com ênfase na agricultura de base familiar; em empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão de obra locais e que produzam alimentos básicos para consumo da população; e em projetos com sustentabilidade socioambiental.

1.5 Programas e linhas de financiamento do FNO

A seguir encontra-se a lista atualizada dos programas e linhas de financiamento do FNO:

1.5.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-Pronaf)

- Pronaf A
- Microcrédito (Pronaf B)
- Pronaf A/C
- Pronaf Jovem

- Pronaf Mulher
- Pronaf Agricultor Familiar (AF)
- Pronaf Agroindústria Familiar
- Pronaf Eco
- Pronaf Floresta
- Pronaf Mais Alimentos
- Pronaf MPO-Amazônia Florescer
- Pronaf Custeio de Agroindústria Familiar
- Pronaf Agroecologia

1.5.2 Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável Rural)

- FNO-Agropecuária Irrigada (financiamento da agropecuária irrigada)
- FNO-Amazônia Exportação (financiamento de empreendimentos voltados às exportações)
- FNO-Exposição Feira/Rural (financiamento de exposições/feiras do setor rural)
- FNO-Mulher

1.5.3 Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável Não Rural)

- FNO-Amazônia Procopa (financiamento de empreendimentos voltados para a Copa do Mundo)
- FNO-Amazônia Exportação (financiamento de empreendimentos voltados às exportações)
- FNO-Amazônia Mais Cultura (financiamento em apoio à cultura regional)
- FNO-Exposição Feira/Não Rural (financiamento de exposições/feiras do setor não rural)
- FNO-Mulher

1.5.4 Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade)

- FNO-Biodiversidade-Usos Alternativos do Solo (apoio aos empreendimentos sustentáveis da biodiversidade)
- FNO-Biodiversidade-Área de Reserva Legal/APP (apoio à regularização e recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente Degradadas)

1.5.5 Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE)

- FNO-MPE Giro (financiamento do capital de giro das micro e pequenas empresas)

1.5.6 Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI)

1.6 Resultados esperados

Considerando a política de concessão de financiamentos do Banco da Amazônia, espera-se, com a aplicação dos recursos do FNO, proporcionar resultados socioeconômicos de significativa expressão e abrangência no desenvolvimento sustentável da Região Norte. Assim, os programas de financiamento orientam a aplicação dos recursos do Fundo na região com o objetivo de alcançar os resultados descritos a seguir.

1.6.1 Resultados qualitativos

Para a economia regional:

- a) agregação de valor à produção regional;
- b) elevação do Produto Interno Bruto da região;
- c) ampliação da base produtiva e da arrecadação fiscal;
- d) ampliação da infraestrutura econômica e social;
- e) aumento da oportunidade de emprego, de ocupação de mão de obra e da massa salarial;
- f) promoção da inclusão social de populações de baixa renda;
- g) redução do êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- h) criação de oportunidade para a introdução de novas tecnologias capazes de superar as deficiências no setor produtivo;

- i) contribuição para a geração e o aumento de excedentes exportáveis;
- j) estímulo à internalização de renda a partir do fortalecimento das cadeias produtivas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias regionais;
- k) fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- l) minimização das desigualdades internas através de incentivo à formação de novos polos econômicos no interior;
- m) melhoria do abastecimento interno de produtos básicos;
- n) promoção da autossustentabilidade dos empreendimentos econômicos regionais;
- o) estímulo ao aproveitamento econômico dos recursos naturais.

Para os beneficiários:

- a) satisfação na habilitação, concessão e gestão do crédito;
- b) elevação da renda real do empreendedor/ produtor;
- c) melhoria da qualidade de vida do empreendedor/ produtor, de seus familiares e empregados;
- d) criação de oportunidades para a utilização da mão de obra dos membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

Para os consumidores:

- a) expansão da oferta de produtos diversificados para o consumo local;
- b) maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais;
- c) melhoria do padrão alimentar da população.

Para o meio ambiente:

- a) conservação e/ou preservação do patrimônio natural, através da indução e do estímulo ao uso de novos processos produtivos que promovam o desenvolvimento da região em bases sustentáveis;
- b) reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas;
- c) contenção do avanço do desmatamento.

Para o Banco da Amazônia:

- a) consolidação e fortalecimento de parcerias com objetivos convergentes e comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável;
- b) fortalecimento institucional e reconhecimento como agente financeiro fomentador do desenvolvimento sustentável da Amazônia;

1.6.2 Resultados quantitativos

Com base na estimativa de recursos do FNO a serem alocados na Região Norte em cada período, projeta-se, entre outros resultados, o aumento no número de projetos financiados e, associado a esses projetos, estima-se a criação de oportunidades de trabalho, o incremento no valor bruto da produção regional, a diminuição do êxodo rural, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, a inclusão social, a redução da pobreza, o aumento do PIB e a ampliação da arrecadação tributária. Dessa forma, a cada ano, há a expectativa de que a aplicação dos recursos do FNO contribua para o alcance de níveis mais elevados de crescimento e de desenvolvimento regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO PARA FINS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

2.1 A implementação de políticas públicas no Brasil

Em termos internacionais, o sucesso da economia soviética, após a Revolução de outubro de 1917, baseada em planos quinquenais, e as diretrizes que o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) formulou para a recuperação do mundo capitalista, após a crise de 1929, exibiam, em concepções políticas distintas, um ponto comum. Ambas defendiam um Estado como indutor e planejador do desenvolvimento. No mundo soviético, um rígido esquema de metas e investimentos intensivos conformava uma economia de comando centralizado. No ocidente, Keynes e seus seguidores defendiam medidas monetárias e fiscais com características anticíclicas para reativar a demanda agregada deprimida, orientar investimentos públicos e permitir o retorno do crescimento e do desenvolvimento.

As teorias de Keynes constituíram a base do conjunto de intervenções estatais praticadas, a partir de 1933, pelo presidente Franklin Roosevelt (1882-1945), com o objetivo de combater a crise nos Estados Unidos. Essas medidas ficaram conhecidas como *New Deal* e subverteriam as bases do ultraliberalismo até então praticado. Tanto as formulações de Keynes – divulgadas inicialmente no Brasil por Eugenio Gudín, em 1943 – quanto o *New Deal* e a dinâmica soviética tiveram enorme impacto em todo o mundo. O debate econômico mundial focou-se cada vez mais no papel do Estado.

No Brasil, as concepções planejadoras enfrentaram pesada oposição dos setores liberais. Esses últimos eram partidários da supremacia da agricultura como polo dinâmico da economia. Argumentavam que as leis de mercado resolveriam os gargalos da sociedade brasileira, como o atraso e a pobreza da população. O setor industrial, por sua vez, advogava uma política de planejamento econômico com forte intervenção estatal para vencer as barreiras ao desenvolvimento. Essas duas correntes de opinião travaram um embate teórico pioneiro entre 1944 e 1945, que foi protagonizado por duas figuras de proa da vida brasileira: o industrial paulista Roberto Simonsen e o economista liberal Eugenio Gudín. A controvérsia se deu no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Governo Getúlio Vargas (1930-1945), com a troca de longos documentos, fundamentando cada ponto de vista. A Comissão era mais um dos vários órgãos ditos técnicos criados pelo governo para assessorar a condução política em várias áreas.

Contudo, a partir do Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), o planejamento foi efetivamente implantado no Brasil procurou realizar de uma só vez a instalação de um conjunto amplo e diversificado de setores industriais, modificando radicalmente a estrutura

produtiva do País. Isso foi realizado por meio da expansão dos investimentos das empresas estatais (energia elétrica, petróleo, rodovias, portos etc.), das companhias de capital privado nacional (autopeças, têxteis, alimentícias etc.) e das corporações transnacionais (setores automobilístico, farmacêutico, metal-mecânico).

Os investimentos das transnacionais concentraram-se, na década de 1950, em setores voltados para o mercado interno e acabaram tendo efeito líquido negativo em termos de geração de divisas. A capacidade de importar tornou-se dependente do dinamismo das exportações concentradas em *commodities* minerais e agrícolas e, ainda, enfrentou o protecionismo dos países centrais. As exportações de produtos básicos, na classificação do MDIC, respondiam por 85,4% do total em 1964 (IPEA, 2010).

A necessidade de uma contínua diversificação da pauta de exportações e da manutenção das importações em nível compatível com o desenvolvimento da economia brasileira aparece claramente no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976).

O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976) sugeria as seguintes ações no campo da política de comércio exterior:

- a) acordos bilaterais – observar não somente o melhor acordo para o Brasil, como também a praticabilidade e a eficiência da operação em conjunto com as demais políticas nos outros setores;
- b) continuação do processo de desburocratização do setor externo – sugerem-se o uso de apenas um tipo de formulário para a exportação e o aperfeiçoamento dos serviços portuários e de alfândega;
- c) participação mais intensa do sistema bancário privado – provendo financiamento à exportação, a juros mais baixos, inclusive à produção exportável;
- d) acordos de exportação de longo prazo deverão ser pesquisados pelas agências governamentais no exterior – estabelecendo contatos com organizações internacionais de distribuidores e, posteriormente, o contato de empresários nacionais com os estrangeiros interessados;
- e) taxas cambiais realistas – que permitam a continuidade dos contratos de exportação no longo prazo.

Na década de 1970, os Governos Militares implantaram, também, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que contribuíram de forma marcante para o crescimento da economia nacional, visto que a aplicação de recursos e as ações adotadas seguiam uma orientação programática, a qual visava alcançar os objetivos de construção de uma infraestrutura para suporte do crescimento econômico nacional.

Na década de 1980 e nos primeiros anos da década de 1990, as crises vivenciadas pela economia brasileira impediram a adoção de qualquer forma de planejamento bem sucedida. Os planos de estabilização adotados, de cunho heterodoxo, não foram exitosos em alcançar os objetivos almejados. Isso só foi possível após a implantação do Plano Real em 1994, que promoveu a estabilização de preços na economia nacional.

Contudo, em nenhum momento da história da implementação dessas políticas públicas houve a preocupação com o monitoramento e a avaliação desses planos de desenvolvimento. Àquela época, já se sabia que a intervenção estatal, mesmo apresentando resultados favoráveis, precisava ser apreciada quanto ao seu desempenho para melhor adequar suas ações no sentido de alcançar os objetivos preestabelecidos. Isso só foi acontecer no início do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, quando o então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, elabora o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE).

Esse documento, além de apresentar diagnóstico da crise do Estado (crise fiscal, crise no modo de intervenção no mercado e crise do próprio aparelho do Estado), delineia as suas funções necessárias num contexto de globalização econômica, para viabilizar o atendimento das demandas sociais e a inserção competitiva do País nos mercados internacionais. Nesse sentido, preconiza:

- a revisão de sua estrutura, ajustando-a ao papel de promotor e regulador do desenvolvimento social e econômico e fortalecendo sua capacidade de formulação e avaliação de políticas públicas; e
- o aumento de sua governança, ou seja, sua capacidade de implementação de políticas públicas, sob a ótica de eficiência, eficácia e efetividade, mediante a introdução de novos modelos organizacionais e novas parcerias com a sociedade civil.

A partir da identificação de quatro segmentos de atuação do Estado Desenvolvimentista, como é o caso brasileiro, o PDRAE redefine as bases da descentralização do aparelho do Estado e estabelece proposta e estratégia de implementação de sua reconstrução, considerando a introdução de novos modelos organizacionais/institucionais (SANTANA, 2002).

No caso do Núcleo Estratégico, primeiro segmento, trata-se de restabelecer a capacidade governamental na formulação e avaliação de políticas públicas, as quais atendam aos objetivos mais gerais da sociedade e sejam compatíveis com o interesse nacional. Assim, o objetivo da proposta é aumentar sua efetividade mediante:

- introdução de uma cultura gerencial, baseada na avaliação de desempenho;

- implantação de uma política de profissionalização do serviço público (carreiras, salários, concursos públicos e educação continuada);
- consolidação e convergência de sistemas de informações para instrumentalizar o núcleo estratégico na sua função de formulação e avaliação de políticas públicas; e
- capacitação gerencial para definição e supervisão de contratos de gestão/ termos de compromissos e de gestão/termos de parcerias.

Mais tarde, em seu segundo mandato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso decreta:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DECRETA: ... Para a elaboração e execução do Plano Plurianual 2000-2003 e dos Orçamentos da União, a partir do exercício financeiro do ano 2000, toda ação finalística do Governo Federal deverá ser estruturada em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do plano (Dec. 2.289 de 29/10/98).

Assim, fica instaurada no Brasil a obrigatoriedade da avaliação de políticas públicas para fins de subsidiar a gestão de programas. A avaliação como função gerencial orientada para a busca de resultados. Desse modo, a avaliação e monitoramento de políticas públicas como etapa integrante do ciclo de gestão pública foi introduzida na administração pública federal apenas recentemente, como parte de um processo de mudança no cenário de implantação de políticas públicas no País. Anteriormente, no Brasil, a pesquisa avaliativa já se referia à análise dos resultados ou efeitos dos programas. Contudo, esses enfoques analíticos vinham sendo criticados por suas limitações em não considerar as modalidades de implantação nos diferentes contextos nem os mecanismos intervenientes associados a esses efeitos.

Nesse sentido, conceitos teóricos que relacionam recursos, ações, produtos, resultados intermediários e finais permitem identificar, por meio do processo de avaliação, se a execução do programa está consistente com os objetivos previamente delineados, o que possibilita responder se o programa foi capaz ou incapaz de atingi-los, e que fatores alavancaram ou reduziram o sucesso do programa. Esses conceitos teóricos levam à definição de indicadores econômicos e sociais relacionados com a realidade do ambiente econômico e social que se deseja modificar. A análise desses estabelece parâmetros que possibilitam a obtenção de respostas do tipo: se tais ações são adotadas, *então* tais resultados podem ser esperados dentro da teoria do programa.

2.2 Conceitos básicos para a área de monitoramento e avaliação¹

De acordo com proposta do Manual de Avaliação do PPA, estas podem ser assim classificadas:

Quanto à temporalidade

- Avaliações ex-ante: destinam-se a aferir os impactos potenciais de uma ação governamental, em geral quando essa ação ainda está na fase de desenho. É preciso que a avaliação ex-ante seja pensada desde a fase de formulação da ação a fim de que ela possa subsidiar a tomada de decisão a respeito de qual seria a melhor alternativa para solução do problema diagnosticado ao qual se dirige a ação. Para isso, requer a projeção de custos e impactos potenciais das alternativas de ação.
- Avaliações ex-post: são realizadas quando a ação já foi adotada, em qualquer fase, mesmo no projeto piloto. Em geral, utilizam-se dados gerados pela própria ação que se quer avaliar, oriundos do monitoramento, embora possa ser subsidiada por dados secundários de diversas fontes.

Quanto ao objeto

- Avaliações de desempenho: procuram aferir a qualidade da gestão dos programas por meio de critérios quantitativos e qualitativos, que determinam os graus de eficiência, eficácia, efetividade, sustentabilidade, custo-efetividade, satisfação do beneficiário e equidade do programa sob avaliação. Conceitualmente, esses critérios referem-se a:
 - eficiência – termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;
 - eficácia – medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;
 - efetividade – indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;

¹ Baseada em:

RAMOS, D. Texto referencial para avaliação, monitoramento e acompanhamento. Brasília, DF: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação e Informações Educacionais, 2009. (Caderno de Estudos Temáticos). Disponível em: forum.eja.org.br/files/. Acesso em: 29 fev. 2012.
COSTA, F.L.; CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. RAP, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

- sustentabilidade – mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;
- custo-efetividade – similar à ideia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; é feita a comparação de formas alternativas da ação social para obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda aos objetivos com o menor custo;
- satisfação do beneficiário – avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa; e
- equidade – procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades dos usuários.

Em geral, esses critérios estão correlacionados com os resultados gerados pela intervenção governamental.

- Avaliações de resultados: procuram mensurar os resultados intermediários (produtos) e/ou finais (impactos), obtidos pela ação, dados os seus objetivos. No entanto, uma ação pode também gerar resultados não relacionados aos seus objetivos, ou seja, pode gerar efeitos indiretos em outras dimensões sociais sobre as quais a ação não interveio diretamente.
- Avaliações de impacto: destinam-se a aferir os resultados finais atingidos pela ação sobre determinadas dimensões que a ação objetiva afetar. Constituem um subtipo específico de avaliação de resultados e procuram isolar o impacto da ação sobre as variáveis que se pretende modificar para medir a efetividade dessa ação. Por isso, requerem a utilização de métodos específicos de alto rigor científico. Devem ser realizadas após algum tempo do início da implementação da ação, quando se supõe que ela já tenha sido capaz de gerar impactos de médio e longo prazos sobre os beneficiários do programa.

Quanto à execução

- Avaliações internas: são aquelas realizadas pelas equipes técnicas ligadas ao órgão gestor. Em geral, são avaliações de pequena escala, que utilizam dados produzidos pela própria gestão da ação ou dados secundários. De modo geral, são pouco dispendiosas e tendem a produzir alta retroalimentação da gestão, visto que são conduzidas pelos próprios gestores.

- Avaliações externas: são executadas por instituições especializadas, em parcerias com o órgão gestor. Avaliações externas são supervisionadas pelo órgão gestor, que institui o desenho básico da avaliação no plano de avaliação, incluindo procedimentos metodológicos, e encarrega-se de colaborar com as instituições parceiras na definição dos instrumentos de coleta de dados e análise dos resultados.
- Avaliações mistas: são realizadas em conjunto com instituições externas. Nesse caso, as etapas que compõem as avaliações são divididas ou compartilhadas entre o órgão gestor e a instituição contratada. Esse tipo de avaliação tem o potencial de promover o aprendizado institucional e a capacitação da equipe, além de também assegurar o aporte técnico de instituições especializadas.

2.3 Monitoramento e acompanhamento

Monitoramento e avaliação são processos de gestão complementares, dado que ambos servem ao propósito de aperfeiçoar a formulação e a implementação de políticas e programas públicos. O monitoramento consiste na análise contínua e sistemática dos programas, verificando a realização dos processos, a alocação dos recursos e a geração dos produtos, com base em indicadores que aferem a implementação em relação às etapas, finanças e metas previamente fixadas. Por meio dele, o gestor adquire a capacidade de intervir de forma a corrigir rumos dos programas, atuando diretamente sobre as fragilidades apontadas pelos resultados dos indicadores. Pode ser realizado a distância ou in loco, utilizando-se de instrumentos e procedimentos de pesquisa empírica para coleta de dados que possibilitarão a alimentação dos indicadores relevantes.

O monitoramento distingue-se da avaliação na medida em que produz e atualiza, contínua e sistematicamente, informações sobre a implementação das ações, registrando aspectos qualitativos e quantitativos sobre os processos, recursos e produtos a partir de informações prestadas pelos coordenadores de ação para orientar a intervenção do programa.

Por sua vez, a avaliação de um programa de governo refere-se à coleta e análise sistemática de informações sobre características, processos e impactos de um programa de forma a gerar recomendações para aperfeiçoar a gestão e a qualidade do gasto público (BRASIL, 2008). A avaliação desenvolve análises explicativas, por meio do cálculo de indicadores, com o emprego de métodos científicos que especificam as interdependências entre processos e resultados.

3 ESTRUTURA DO MODELO LÓGICO

A construção de modelo lógico tem como referência a abordagem de avaliação orientada pela teoria do programa. Nessa abordagem, estudiosos da avaliação de programas destacam a importância de se partir da análise de sua teoria, não só para identificar o que o programa espera alcançar, mas para entender como espera alcançar. Para isso, é necessário articular uma explícita descrição das ideias, hipóteses e expectativas que constituem a estrutura do programa e o seu funcionamento esperado.

No desenvolvimento da proposta do IPEA para o modelo lógico, foram concebidos três componentes:

- explicação do problema e referências básicas do programa (objetivo, público-alvo e beneficiários);
- estruturação lógica do programa para alcance de resultados (recursos, ações, produtos, resultados intermediários, resultado final e impactos);
- identificação de fatores de contexto que podem influenciar na implementação do programa.

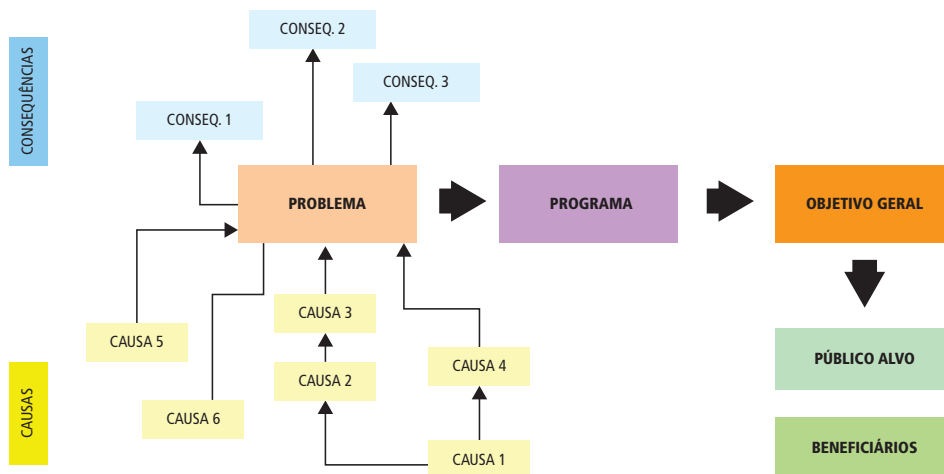
O modelo lógico deve, então, cumprir o papel de explicitar a teoria do programa na perspectiva de seus formuladores e implementadores e é um passo considerado essencial na organização dos trabalhos de avaliação. Uma breve revisão da literatura pertinente reforça a importância da elaboração prévia do modelo lógico para o sucesso do processo avaliativo.

Os modelos teóricos, “popularmente” conhecidos no Canadá como modelos lógicos, constituem uma exigência governamental para avaliação das intervenções federais, desde o início dos anos 1980, e são considerados extremamente práticos pelos avaliadores, ajudando-os a estabelecer e testar a razão do programa, bem como a conceber um instrumento de avaliação adequado (MONTAGUE, 1997 apud HARTZ, 1997). Para Hennessy (1995 apud HARTZ, 1997), a relevância de um modelo teórico é de tal ordem que os avaliadores só deveriam avaliar políticas e programas que tenham explicitado sua teoria e as medidas ou indicadores correspondentes.

A estrutura do modelo lógico é construída a partir da contextualização do problema, identificando as causas, consequências e meios adotados pela ação como proposta de resolução do problema apontado. Seu modo de apresentação segue o fluxo a partir do problema, suas causas e consequências, detalhando também os componentes da ação (insumos, atividades e resultados de curto, médio e longo prazos). Trata-se de um quadro referencial que informa os avaliadores acerca do funcionamento básico da ação, de forma a proporcionar-lhes as informações necessárias para desenhar a avaliação,

como: que resultados o programa pretende atingir, que atividades têm sido implementadas para alcançar os resultados esperados e em que medida a obtenção dos resultados afetará o problema diagnosticado (Fluxograma 1 e 2).

Fluxograma 1 – Explicação do problema e referências básicas



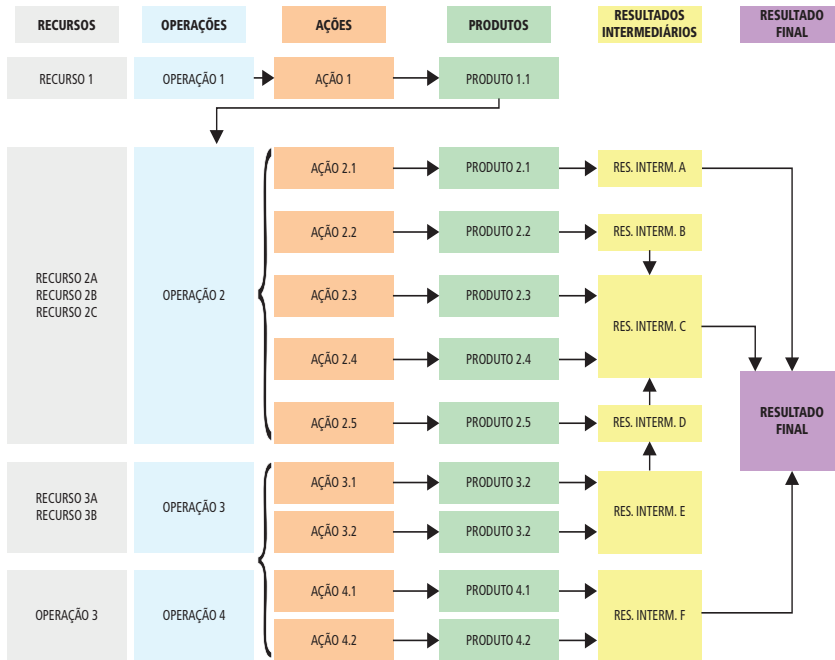
Fonte: Ferreira et al. (2007).

O modelo lógico pode ser revisado a qualquer tempo, à medida que novas informações são coletadas, ou nos casos em que haja modificações no desenho do programa. Algumas vantagens do uso desse instrumento são:

- definição do grau de avaliabilidade da ação.
- auxílio na definição de conceitos relacionados ao programa, no planejamento e na comunicação externa e interna sobre o programa.
- padronização do entendimento sobre o programa entre equipe técnica e outros participantes.
- explicitação de possíveis incoerências lógicas entre relações causais subjacentes ao desenho do programa.

Os dados utilizados na elaboração da matriz de estrutura lógica podem ser obtidos da literatura científica, de entrevistas com gestores, especialistas e outros atores envolvidos com o programa e de documentos oficiais sobre o programa.

Fluxograma 2 – Estruturação do programa para alcance de resultados



Fonte: Ferreira et al. (2007).

4 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE INDICADORES²

Medir os efeitos atribuídos ao programa é o eixo das preocupações, dada a prioridade político-institucional e a complexidade das intervenções e de suas abordagens teórico-metodológicas. O tipo de método e desenho de avaliação que se pretende executar depende fundamentalmente das questões que se almeja responder com ela. A escolha de indicadores sociais para uso no processo de formulação e avaliação de políticas públicas deve ser pautada pela aderência deles a um conjunto de propriedades desejáveis e pela lógica estruturante da aplicação, que definirá a tipologia de indicadores mais adequada (JANNUZZI, 2005).

Jannuzzi (2005) enumera 12 propriedades cuja avaliação de aderência positiva (+) e de não aderência (-) ou indiferença deveria determinar o uso, ou não, do indicador para os propósitos almejados. As propriedades são: relevância para a agenda política, validade de representação do conceito, confiabilidade da medida, cobertura populacional, sensibilidade às ações previstas, especificidade ao programa, transparência metodológica na sua construção, comunicabilidade ao público, factibilidade operacional para sua obtenção, periodicidade em sua atualização, desagregabilidade populacional e territorial e comparabilidade da série histórica.

Ao selecionar indicadores para avaliação e monitoramento, é necessário checar como eles se comportam em relação a essas propriedades. Do contrário, pode-se concluir que determinada ação não está produzindo resultados quando, na verdade, esta utilizando indicadores de resultados inválidos ou muito ambiciosos, comparativamente ao escopo das ações promovidas.

A taxonomia dos indicadores serve para orientar a condução do processo de avaliação de uma política pública:

- Indicadores de Estrutura ou Insumo – medem a quantidade de recursos de diversos tipos que são aportados ao programa/ação para viabilizar sua implementação. Podem ser classificados em: humanos, físicos e financeiros;
- Indicadores de Processo – referem-se aos procedimentos e modos de conversão e utilização dos recursos aportados para gerir o programa na forma de processos necessários à implementação das ações;
- Indicadores de Resultados – medem o grau em que os objetivos intermediários ou finais da ação são alcançados. Por sua vez, esses indicadores podem ser divididos em três subgrupos:

² Extraído de JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília DF, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

1. Indicadores de produto – referem-se aos resultados intermediários ou de curto prazo obtidos pela implementação do programa;
2. Indicadores de impacto – são relativos aos resultados de mais longo prazo. Esses indicadores são mais dificilmente calculáveis devido às dificuldades de se atribuírem os resultados à intervenção promovida pelo programa;
3. Indicadores de efeitos – medem os impactos indiretos, antecipados ou não, provocados pelo programa.

Há uma série de dificuldades envolvidas em estabelecer relações de causalidade para composição de indicadores de impactos e efeitos. Existem determinados recursos metodológicos e analíticos que podem assegurar alto grau de confiabilidade no estabelecimento da correlação entre variáveis dependentes (aspectos observáveis do fenômeno que se pretende explicar) e independentes ou explicativas, que afetam a variável dependente e provocam nela uma mudança. No entanto, o desenvolvimento de novos recursos analíticos, por meio de modelos econométricos sofisticados e de modelos aplicados de equilíbrio geral, permite que essas relações de causalidade e de interdependências possam ser analisadas de forma a produzir os resultados esperados.

No entanto, antes de definir o modelo analítico, faz-se necessário distinguir se a abordagem vai priorizar métodos qualitativos ou quantitativos. Cada um deles serve a propósitos distintos e pode, também, ser usado de maneira combinada, a fim de aproveitar os pontos fortes de ambos.

Os métodos qualitativos são caracterizados pela valorização das percepções e interpretações feitas pelos atores a respeito dos bens e serviços públicos que constituem o objeto da avaliação. Portanto, a avaliação qualitativa procura compreender como se combinam expectativas e necessidades de beneficiários, gestores, políticos e outros atores com os serviços oferecidos.

O trabalho de campo de pesquisas qualitativas, também, costuma ser mais longo do que o de pesquisas quantitativas, pelo fato de que as técnicas empregadas de amostragem e coleta de dados demandam mais tempo para sua execução. Ao selecionar os lugares em que será realizada a pesquisa, pode-se optar por conseguir a maior diversidade possível (em termos de porte municipal, número de habitantes, localização geográfica estadual ou regional, tradição cultural e política, indicadores socioeconômicos ou indicadores relacionados à ação que se quer avaliar).

Por interagir de forma mais profunda com os atores sociais, as avaliações qualitativas devem ter mais cuidado com questões éticas, relativas ao anonimato das pessoas e à confidencialidade dos dados, e também com possíveis vieses advindos do envolvimento do pesquisador com os entrevistados.

Os métodos quantitativos, por sua vez, caracterizam-se pela coleta de dados que podem ser traduzidos em números e, assim, submetidos à análise por meio de modelos analíticos de natureza quantitativa. Em estudos quantitativos há a preocupação em gerar resultados que sejam generalizáveis para a população. Daí a necessidade de coletar dados para grandes amostras de unidades selecionadas para o programa.

Bazeley (2004) acredita que os avaliadores têm aprendido a combinar informação quantitativa e qualitativa, o que é não só desejável, como inevitável.

Após a definição das questões a serem avaliadas e do método (quantitativo e/ou qualitativo) a ser utilizado, deve-se definir, então, como esse método será aplicado à avaliação em tela, que comparações deverão ser feitas para responder às questões selecionadas e que tipos de dados serão coletados. A escolha de um desenho de pesquisa envolve considerações relacionadas com as restrições existentes (orçamentárias, temporais, informacionais e outras) e com os interesses dos diversos atores envolvidos na avaliação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado da arte sobre a avaliação de resultados em programas públicos mostra que o problema não é novo para os avaliadores. A United States Agency for International Development (USAID) e o Banco Mundial já adotavam a norma de se proceder à avaliação em seus negócios com os países em desenvolvimento. Nesses países, a direcionalidade para a avaliação de resultados era reforçada por esses organismos de assistência técnica e financeira internacional, como um dos critérios para a concessão da ajuda solicitada. O Banco Mundial, principal provedor de assistência nesses países, passou a incluir a capacidade de avaliação entre as prioridades para a gestão de atividades do setor público.

No caso específico do Brasil, para que o Estado possa atuar de forma efetiva sobre o processo de desenvolvimento, é necessário possuir certo grau de autonomia em relação aos interesses estabelecidos e considerável capacidade, credibilidade e legitimidade para poder formular e executar suas políticas e programas. Nessa perspectiva de efetividade, o Brasil adotou a avaliação de políticas públicas como norma de governo, a partir do ano 2000.

Diante dessa exigência, abriram-se novas perspectivas para atender à obrigatoriedade da avaliação de políticas públicas para fins de subsidiar a gestão de programas. Desse modo, é recente a introdução do monitoramento e da avaliação de políticas públicas como etapa integrante do ciclo de gestão pública da administração pública federal. Assim, com base na experiência internacional e, principalmente, na abordagem metodológica desenvolvida pelo Banco Mundial, foram criados mecanismos de gestão aptos para a implementação de sistemas de monitoramento e de avaliação que permita a geração de informações para realimentar o processo de execução do plano governamental.

Assim, a descrição de conceitos, metodologias de avaliação, métodos e procedimentos na elaboração de indicadores desse sistema de monitoramento e de avaliação constitui parte de um estudo de maior abrangência, que representa uma iniciativa do Banco da Amazônia em promover a avaliação da aplicação de recursos e das ações relacionadas com o FNO. Essa iniciativa vai ao encontro da institucionalização da avaliação no âmbito do Banco, que procura por meio desse procedimento contribuir para desmistificar a visão de que o monitoramento e a avaliação constituem uma forma de ingerência externa sobre a utilização de recursos e nas ações do órgão responsável pela gestão do programa.

Espera-se que a prática dessa experiência avaliativa do Banco da Amazônia contribua para solidificar o processo de avaliação integrada à gestão.

REFERÊNCIAS

BAZELEY, P. Issues in mixing qualitative and quantitative approaches to research. In: BUBER, R.; GADNER, J.; RICHARDS, L. (Eds.) **Applying qualitative methods to marketing management research**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 141-156.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Manual de avaliação do Plano Plurianual 2004-2007**. Brasília, 2008.

COSTA, F.L.; CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-92, 2003.

DENIS, J.L.; CHAMPAGNE, F. Análise de implantação. In: HARTZ, Z.M.A. (Org.). **Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 49-88.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Como elaborar modelo lógico de programa: um roteiro básico**. Brasília: IPEA, 2007. (Nota Técnica).

GÖRGENS, M.; KUSEK, J.Z. **Making monitoring and evaluation systems work: a capacity development toolkit**. Washington, D.C.: World Bank, 2012. Disponível em: www.worldbank.org/pdt. Acesso em: 17 fev. 2012.

JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

RAMOS, A. **Texto referencial para avaliação, monitoramento e acompanhamento: caderno de estudos temáticos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Departamento de Avaliação e Informações Educacionais, 2009.

SANTANA, A. A reforma do Estado no Brasil: estratégias e resultados. CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa, Portugal. **Anais...** Lisboa, Portugal, 2002.

SOUSA, J.M.P.; NOTTINGHAN, P.T.; GONÇALVES, M.F. **Metodologia de avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 97 p. (Série de Avaliação de Políticas e Programas do BNB).

APÊNDICE A

1 FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

1.1 Indicadores de execução das ações

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Financiamentos	
N.º total de operações contratadas	A forma de cálculo é a utilizada atualmente. Fonte dos dados: Banco de dados das operações realizadas pelo Banco da Amazônia.
Valor financiado para investimentos	
Valor financiado para custeio/capital de giro	
Valor total financiado	
N.º total de operações contratadas por porte	
Valor total financiado por porte	
N.º total de operações contratadas nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
N.º total de operações contratadas nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da região Norte	
N.º total de operações contratadas nos municípios localizados nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre	
Nº total de operações contratadas nos municípios dos Territórios da Cidadania	
Valor total financiado nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da região Norte	
Valor total financiado nos municípios localizados nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre	
Nº total de operações contratadas nos municípios dos Territórios da Cidadania	
N.º total de operações contratadas por setor (agropecuário, agroindústria, indústria, comércio e serviços)	
Valor total financiado por setor (agropecuário, agroindústria, indústria, comércio e serviços)	
N.º total de operações contratadas por estado	
Valor total financiado por estado	
N.º de empreendimentos financiados com implantação	
N.º de empreendimentos financiados com ampliação	
N.º de empreendimentos financiados com modernização	
Valor total financiado para implantação	
Valor total financiado para ampliação	
Valor total financiado para modernização	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Produtos	
a) N.º de empreendimentos implantados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	<p>Empreendimentos implantados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que começaram a funcionar a partir do financiamento obtido.</p> <p>Empreendimentos ampliados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram aumento da capacidade produtiva a partir do financiamento obtido.</p> <p>Empreendimentos modernizados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram processos de modernização produtiva ou gerencial a partir do financiamento obtido.</p> <p>Empreendimentos mantidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que não se incluem nas demais categorias, ou seja, ficaram estáveis.</p> <p>Empreendimentos expandidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram ampliação da área de abrangência (abriram novas unidades produtivas ou buscaram novos mercados) a partir do financiamento obtido.</p> <p>Fonte dos dados: banco de dados do setor de fiscalização / Pesquisa de campo</p>
b) N.º de empreendimentos ampliados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	
c) N.º de empreendimentos modernizados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	
d) N.º de empreendimentos financiados mantidos (total, por porte, por setor, por região e por estado)	
e) N.º de empreendimentos expandidos (total, por porte, por setor, por região e por estado)	

1.2. Indicadores de resultados

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento de produção dos empreendimentos financiados	
% de aumento do Valor Bruto da Produção (VBP) dos empreendimentos financiados (total, por porte, por setor, por região e por estado) = $(VBP_t - VBP_{t-1}) * 100 / VBP_{t-1}$	Determinado a partir das expressões ao lado. Os dados de VBP e Produção deverão ser anexados na ficha de fiscalização dos empreendimentos.
% de aumento da produção dos empreendimentos financiados (total, por porte, por setor, por região e por estado) = $(Produção_t - Produção_{t-1}) * 100 / Produção_{t-1}$	
Empregos gerados nos empreendimentos financiados	
Número de empregos médio por empreendimento (antes, projetado e obtido) – total, por porte, por setor, por região e por estado	Banco de dados - Setor de fiscalização / Dados da RAIS CAGED e multiplicador do emprego da Matriz de Insumo Produto
Empregos diretos gerados por nível de instrução (com carteira, sem carteira e temporário) – total, por porte, por região e por estado = multiplicador de emprego da Matriz de Insumo Produto	
Custo do emprego gerado (número de empregos gerados por valor total dos projetos) – total, por setor, por porte, por região e por estado	
Aumento do faturamento dos empreendimentos financiados	
Receita bruta média (antes, projetada e obtida) – total, por porte, por setor e por estado	Este dado deverá ser coletado na ficha de fiscalização dos empreendimentos e fazer parte do banco de dados.
% de aumento da receita bruta - total, por porte, por setor e por estado	
Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados	
% de redução da área com queimadas na agropecuária	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de redução da área desmatada nos empreendimentos agropecuários	
% de empreendimentos com licença ambiental atualizada (antes e depois)	
% de empreendimentos que dão destino adequado aos resíduos sólidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam efluentes líquidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam e controla emissões atmosféricas (antes e depois)	
Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas gerenciais modernas e tecnologias competitivas	
% de empreendimentos que fazem controle de qualidade, seleção, classificação e, ou, padronização de produtos	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos que capacitam empregados	
% de empreendimentos que fazem controle contábil de receitas e despesas	
% de empreendimentos que utilizam sistemas de informação de mercados	
% de empreendimentos que fazem controle informatizado da produção	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Ampliação de mercado	
% da produção destinada ao mercado local – média dos empreendimentos (antes e atual) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% da produção destinada ao mercado estadual – média dos empreendimentos (antes e atual) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado regional – média dos empreendimentos (antes e atual) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado nacional – média dos empreendimentos (antes e atual) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% da produção destinada ao mercado internacional – média dos empreendimentos (antes e atual) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.

1.3. Indicadores de impactos

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento do PIB regional	
% de crescimento do PIB regional – total, por setor e por estado	IBGE – Contas Nacionais e Regionais
Aumento da produção dos setores financiados	
% de crescimento da produção dos principais setores financiados – total, por porte, por região e por estado	IBGE – Contas Nacionais e Regionais
Aumento da oferta de emprego regional	
% de aumento estoque de emprego regional – total, por setor, por porte, por região e por estado	RAIS, CAGED
Aumento das exportações regionais	
% de aumento das exportações regionais – total, por setor, por porte, por região e por estado	MDIC – AliceWeb
Redução das desigualdades entre a região norte e as demais regiões do país	
% de aumento da relação renda <i>per capita</i> dos estados e da região norte/renda <i>per capita</i> nacional	IBGE – Contas Nacionais e Regionais
% de aumento da relação PIB dos estados e da região Norte/PIB Nacional	
% de redução do IDH médio dos estados e da região Norte para o IDH médio do Brasil	
% de redução do Índice de Gini médio dos estados e da região Norte para o Índice de Gini médio do Brasil	
Redução da pobreza	
% da população que deixou a linha da pobreza nos estados e na região Norte.	IBGE - PNAD
Redução do uso de práticas agressivas ao meio ambiente	
% de redução do uso de queimadas nos estados e na região Norte	Estatísticas oficiais
% de redução do desmatamento nos estados e na região Norte	Estatísticas oficiais

2. FNO Amazônia Sustentável Rural

2.1. Indicadores de execução das ações

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Financiamentos	
Nº total de operações contratadas	A forma de cálculo é a utilizada atualmente. Fonte dos dados: Banco de dados das operações realizadas pelo Banco da Amazônia.
Valor total das operações contratadas	
Nº total de operações contratadas por estado	
Valor total das operações contratadas por estado	
Nº total de operações contratadas por atividade (agricultura e pecuária)	
Valor total de operações contratadas por atividade (agricultura e pecuária)	
Nº total de operações contratadas por finalidade (custeio e investimento)	
Valor total de operações contratadas por finalidade (custeio e investimento)	
Nº total de operações contratadas por porte	
Valor total das operações contratadas por porte	
Nº total de operações contratadas nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
Nº de operações contratadas com FNO – Agropecuária Irrigada	
Nº de operações contratadas com FNO – Amazônia Exportação	
Nº de operações contratadas com FNO – Exposição/Feira Rural	
Nº de operações contratadas com FNO – Mulher	
Valor total financiado com FNO – Agropecuária Irrigada	
Valor total financiado com FNO – Amazônia Exportação	
Valor total financiado com FNO – Exposição/Feira Rural	
Valor total financiado com FNO – Mulher	
Valor total financiado nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
Nº total de operações contratadas nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da região Norte	
Valor total financiado nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da região Norte	
Nº total de operações contratadas nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre	
Valor total financiado nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre.	
Nº total de operações contratadas nos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania na região Norte	
Valor total financiado nos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania na região Norte	
Nº total de operações contratadas por atividade (agricultura e pecuária)	
Valor total financiado por atividade (agricultura e pecuária)	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Nº de operações contratadas para a implantação de empreendimentos	A forma de cálculo é a utilizada atualmente. Fonte dos dados: Banco de dados das operações realizadas pelo Banco da Amazônia.
Valor total das operações contratadas para a implantação de empreendimentos	
Nº de operações contratadas para a ampliação de empreendimentos	
Valor total das operações contratadas para a ampliação de empreendimentos	
Nº de operações contratadas para a modernização de empreendimentos	
Valor total das operações contratadas para a modernização de empreendimentos	

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Produtos	
Nº de empreendimentos implantados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	Empreendimentos implantados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que começaram a funcionar a partir do financiamento obtido. Empreendimentos ampliados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram aumento da capacidade produtiva a partir do financiamento obtido. Empreendimentos modernizados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram processos de modernização produtiva ou gerencial a partir do financiamento obtido. Empreendimentos mantidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que não se incluem nas demais categorias, ou seja, ficaram estáveis. Empreendimentos expandidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram ampliação da área de abrangência (abriram novas unidades produtivas ou buscaram novos mercados) a partir do financiamento obtido. Fonte dos dados: banco de dados do setor de fiscalização /Pesquisa de campo. Em todos os casos acima, considerar somente os projetos em que os cronogramas de desembolso foram concluídos.
Nº de empreendimentos ampliados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	
Nº de empreendimentos modernizados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	
Nº de empreendimentos mantidos (total, por porte, por setor, por região e por estado)	
Nº de empreendimentos expandidos (total, por porte, por setor, por região e por estado)	

2.2. Indicadores de resultados

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento de produção dos empreendimentos financiados	
% de aumento do valor bruto da produção dos empreendimentos financiados (total, por porte, por setor e por estado)	Banco de dados - setor de fiscalização e/ou pesquisa de campo. Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de aumento da produção dos empreendimentos financiados (total, por porte, por setor, e por estado)	
% de crescimento da área cultivada com lavouras temporárias e permanentes nos empreendimentos financiados (antes e depois)	
% de crescimento do efetivo dos rebanhos nos empreendimentos financiados (antes e depois)	
% de crescimento da produção de produtos de origem animal nos empreendimentos financiados (antes e depois)	
Empregos gerados nos empreendimentos financiados	
Número de empregos médio por empreendimento (antes, projetado e obtido) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos. RAIS CAGED
Empregos diretos gerados por nível de instrução (com carteira, sem carteira, familiar e temporário) – total, por porte, por setor e por estado	
Custo do emprego gerado (número de empregos gerados por valor total dos projetos) – total, por setor, por porte, por região e por estado	
Aumento do faturamento dos empreendimentos financiados	
Receita bruta média (antes, projetada e obtida) – total, por estado, por setor e por porte	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de aumento da receita bruta - total, por estado, por setor e por porte	
Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados	
% de empreendimentos que realizam adotam a prática de queimadas na agricultura e pecuária (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos com licença ambiental atualizada (antes e depois)	
% de empreendimentos que dão destino adequado aos resíduos sólidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que efetuam controle biológico de pragas e doenças (antes e depois)	
% de empreendimento que efetuam a tríplex lavagem e o controle da destinação de vasilhames de agroquímicos (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam efluentes líquidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam práticas de conservação do solo (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam e controla emissões atmosféricas (antes e depois)	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento da proporção de empreendimentos que adotam tecnologia no processo produtivo	
% de empreendimentos que efetuam análise de solos (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos que efetuam calagem e adubação química (antes e depois)	
% de empreendimentos que efetuam adubação orgânica (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam tração mecânica no preparo do solo (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam mudas fiscalizadas e sementes melhoradas (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam agroquímicos para o controle de pragas e doenças (antes e depois)	
% de empreendimentos com acesso aos serviços de assistência e/ou consultoria rural (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam sistemas de irrigação (antes e depois)	
% de estabelecimentos que participam de associações e/ou cooperativas (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam silos na propriedade (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que efetuam rotação de pastagens (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que efetuam monta controlada (antes e depois)	
% de estabelecimentos pecuários que utilizam capineira (antes e depois)	
% de estabelecimentos pecuários que utilizam sal e rações na suplementação da alimentação (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que efetuam inseminação artificial (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que efetuam transferência de embrião (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que efetuam ordenha mecanizada (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que utilizam tanques de resfriamento (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que possuem rebanho rastreado (antes e depois)	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas gerenciais modernas e tecnologias competitivas.	
% de empreendimentos que fazem controle de qualidade, seleção, classificação e, ou, padronização de produtos (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos que realizam treinamento dos empregados (antes e depois)	
% de empreendimentos que fazem controle contábil de receitas e despesas (antes e depois)	
% de empreendimentos que fazem controle informatizado da produção e gestão (antes e depois)	
Ampliação de mercado	
% da produção destinada ao mercado local – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% da produção destinada ao mercado estadual – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado regional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado nacional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado internacional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	

2.3. Indicadores de impactos

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento do PIB regional	
% de crescimento do PIB agropecuário – total e por estado	IBGE – Contas Nacionais e Regionais
Aumento da produção dos setores financiados	
% de crescimento da produção dos principais atividades financiadas – total, por porte e por região e por estado	IBGE – Contas Nacionais e Regionais
Aumento do PIB regional	
% de crescimento do PIB agropecuário – total e por estado	IBGE – Contas Nacionais e Regionais
Aumento da produção dos setores financiados	
% de crescimento da produção dos principais atividades financiadas – total, por porte e por região e por estado	IBGE – Contas Nacionais e Regionais
Aumento da oferta de emprego regional	
% de aumento estoque de emprego no setor agropecuário – total, por porte e por região e por estado	RAIS, CAGED
Aumento da produtividade	
% de crescimento da produtividade das principais atividades agropecuária financiadas nos estados e na região Norte	IBGE e estatísticas setoriais
Aumento das exportações regionais	
% de aumento das exportações de produtos agropecuários e florestais – total, por setor, por porte, por região e por estado	MDIC – AliceWeb
Aumento da oferta de alimentos	
% de aumento da oferta de alimentos (arroz, feijão, mandioca, milho, frutas, hortaliças, pequenos animais) – total, por setor, por porte, por região e por estado	IBGE e estatísticas setoriais
% de aumento da oferta de alimentos (arroz, feijão, mandioca, milho, frutas, hortaliças, pequenos animais) em empreendimentos financiados com recursos do FNO – total, por setor, por porte, por região e por estado	Pesquisa de campo
Redução do uso de práticas agressivas ao meio ambiente	
% de redução do uso de queimadas nos estados e na região Norte	Estatísticas oficiais
% de redução do desmatamento nos estados e na região Norte	Estatísticas oficiais

3. FNO Amazônia Sustentável Não Rural

3.1. Indicadores de execução das ações

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Financiamentos	
Nº total de operações contratadas	A forma de cálculo é a utilizada atualmente. Fonte dos dados: Banco de dados das operações realizadas pelo Banco da Amazônia.
Valor total das operações contratadas	
Nº total de operações contratadas por estado	
Valor total das operações contratadas por estado	
Nº total de operações contratadas por setor (agroindústria, indústria, comércio e serviços)	
Valor total de operações contratadas por setor (agroindústria, indústria, comércio e serviços)	
Nº total de operações contratadas por finalidade (custeio/capital de giro e investimento)	
Valor total de operações contratadas por finalidade (custeio/capital de giro e investimento)	
Nº total de operações contratadas por porte	
Valor total das operações contratadas por porte	
Nº de empreendimentos financiados com o FNO – Amazônia Procopa	
Nº de empreendimentos financiados com o FNO – Amazônia Exportação	
Nº de empreendimentos financiados com o FNO – Amazônia Mais Cultura	
Nº de empreendimentos financiados com o FNO – Exposição Feira Não Rural	
Nº de empreendimentos financiados com o FNO – Mulher	
Valor financiado com o FNO – Amazônia Procopa	
Valor financiado com o FNO – Amazônia Exportação	
Valor financiado com o FNO – Amazônia Mais Cultura	
Valor financiado com o FNO – Exposição Feira Não Rural	
Valor financiado com o FNO – Mulher	
Nº total de operações contratadas nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
Valor total financiado nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
Nº total de operações contratadas nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da região Norte	
Valor total financiado nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da região Norte	
Nº total de operações contratadas nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre	
Valor total das operações contratadas para a modernização de empreendimentos	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Produtos	
Nº de empreendimentos implantados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	Empreendimentos implantados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que começaram a funcionar a partir do financiamento obtido. (Aqui o que precisamos é ter claro qual momento, do ponto de vista temporal
Nº de empreendimentos ampliados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	temos um projeto implantado. Seria Aquele projeto de implantação cujos cronograma de desembolso foi concluído? Aquele que reembolsou ao Banco capital investido?. A situação dos demais indicadores é análoga.
Nº de empreendimentos modernizados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	Empreendimentos ampliados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram aumento da capacidade produtiva a partir do financiamento obtido. Empreendimentos modernizados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram processos de modernização produtiva ou gerencial a partir do financiamento obtido.
Nº de empreendimentos financiados mantidos (total, por porte, por setor, por região e por estado)	Empreendimentos mantidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que não se incluem nas demais categorias, ou seja, ficaram estáveis.
Nº de empreendimentos expandidos (total, por porte, por setor, por região e por estado)	Empreendimentos expandidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram ampliação da área de abrangência (abriram novas unidades produtivas ou buscaram novos mercados) a partir do financiamento obtido. Fonte dos dados: banco de dados do setor de fiscalização /Pesquisa de campo

3.2. Indicadores de resultados

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento de produção dos empreendimentos financiados	
% de aumento do valor bruto da produção dos empreendimentos financiados (total, por porte, por setor e por estado)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
Número de aumento da produção dos empreendimentos financiados (total, por porte, por setor, e por estado)	
Aumento da oferta de produtos/serviços turísticos - novos leitos ofertados em meios de hospedagem (total, por porte e por estado)	
Aumento da oferta de produtos/serviços turísticos – número de locadoras de veículos financiadas (total, por porte e por estado)	
Aumento da oferta de produtos/serviços turísticos – número de agências de turismo financiadas (total, por porte e por estado)	
Aumento da oferta de produtos/serviços turísticos – número empreendimentos de promoção e eventos financiados (total, por porte e por estado)	
Aumento da oferta de produtos/serviços turísticos – número empreendimentos turísticos de ecoturismo e de turismo rural financiados (total, por porte e por estado)	
Número de museus, bibliotecas e salas de exibição financiadas (total e por estado)	
Número de galerias de arte, teatros e casas de espetáculos financiadas (total e por estado)	
Empregos gerados nos empreendimentos financiados	
Número de empregos médio por empreendimento (antes, projetado e obtido) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos. Multiplicador da Matriz de Insumo Produto Dados da RAIS CAGED
Empregos diretos gerados por nível de instrução (com carteira, sem carteira, familiar e temporário) – total, por porte, por setor e por estado	
% de crescimento do emprego formal por setor, estado e região	
Custo do emprego gerado (número de empregos gerados por valor total dos projetos) – total, por setor, por porte, por região e por estado	
Aumento do faturamento dos empreendimentos financiados	
Receita bruta média (antes, projetada e obtida) – total, por estado, por setor e por porte	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de aumento da receita bruta - total, por estado, por setor e por porte	
Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados	
% de empreendimentos com licença ambiental atualizada (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos que dão destino adequado aos resíduos sólidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam efluentes líquidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que efetuam controle de emissões atmosféricas (antes e depois)	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas gerenciais modernas e tecnologias competitivas.	
% de empreendimentos que fazem controle de qualidade, seleção, classificação e, ou, padronização de produtos (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos que realizam treinamento dos empregados (antes e depois)	
% de empreendimentos que fazem controle contábil de receitas e despesas (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam sistemas de informação de mercados (antes e depois)	
% de empreendimentos que fazem controle informatizado da produção e gestão (antes e depois)	
% de empreendimentos que participam de associações/cooperativas para aquisição de insumos e comercialização de produtos (antes e depois)	
Ampliação de mercado	
% da produção destinada ao mercado local – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% da produção destinada ao mercado estadual – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado regional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado nacional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado internacional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	

3.3. Indicadores de impactos

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento do PIB regional	
% de crescimento do PIB setorial (indústria, comércio e serviços) – total, por setor, por porte, por região e por estado	IBGE – Contas Nacionais e Regionais
Aumento da produção dos setores financiados	
% de crescimento da produção dos principais setores financiados – total, por porte, por região e por estado	IBGE – Contas Nacionais e Regionais
Aumento da oferta de emprego regional	
% de aumento estoque de emprego regional – total, por setor, por porte, por região e por estado	RAIS, CAGED
Aumento da produtividade	
% de crescimento da produtividade das principais atividades financiadas	IBGE – Contas Nacionais e Regionais
Aumento das exportações regionais	
% de aumento das exportações regionais – total, por setor, por porte, por região e por estado	MDIC – AliceWeb

4. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – FNO-PRONAF

4.1. Indicadores de execução das ações

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Financiamentos	
Nº total de operações contratadas	A forma de cálculo é a utilizada atualmente. Fonte dos dados: Banco de dados das operações realizadas pelo Banco da Amazônia.
Valor total das operações contratadas	
Nº total de operações contratadas por estado	
Valor total das operações contratadas por estado	
Nº total de operações contratadas por atividade (agricultura e pecuária)	
Valor total de operações contratadas por atividade (agricultura e pecuária)	
Nº total de operações contratadas por finalidade (custeio e investimento)	
Valor total de operações contratadas por finalidade (custeio e investimento)	
Nº total de operações contratadas por porte	
Valor total das operações contratadas por porte	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf A	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf B	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf A/C	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf Jovem	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf Mulher	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf Agricultor Familiar (AF)	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf Agroindústria Familiar	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf Eco	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf Floresta	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf Mais Alimentos	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf MPO – Amazônia Florescer	
Nº de empreendimentos financiados com Pronaf custeio de Agroindústria Familiar	
Nº de empreendimentos financiados com o Pronaf Agroecologia	
Valor total financiado com o Pronaf A	
Valor total financiado com o Pronaf B	
Valor total financiado com o Pronaf A/C	
Valor total financiado com o Pronaf Jovem	
Valor total financiado com o Pronaf Mulher	
Valor total financiado com o Pronaf Agricultor Familiar (AF)	
Valor total financiado com o Pronaf Agroindústria Familiar	
Valor total financiado com o Pronaf Eco	
Valor total financiado com o Pronaf Floresta	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Valor total financiado com o Pronaf Mais Alimentos	A forma de cálculo é a utilizada atualmente. Fonte dos dados: Banco de dados das operações realizadas pelo Banco da Amazônia.
Valor total financiado com o Pronaf MPO – Amazônia Florescer	
Valor total financiado com o Pronaf custeio de Agroindústria Familiar	
Valor total financiado com o Pronaf Agroecologia	
Nº total de operações contratadas com Pronaf nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
Valor total financiado com Pronaf nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
Nº total de operações contratadas com Pronaf nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da Região Norte	
Valor total financiado com Pronaf nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da Região Norte	
Nº total de operações contratadas com Pronaf nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre	
Valor total financiado com Pronaf nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre.	
Nº total de operações contratadas com Pronaf nos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania na região Norte	
Valor total financiado com Pronaf nos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania na região Norte	
Nº total de operações contratadas com Pronaf por atividade (agricultura e pecuária)	
Valor total financiado com Pronaf por atividade (agricultura e pecuária)	
Nº de operações contratadas para a implantação de empreendimentos	
Valor total das operações contratadas com Pronaf para a implantação de empreendimentos	
Nº de operações contratadas com Pronaf para a ampliação de empreendimentos	
Valor total das operações contratadas com Pronaf para a ampliação de empreendimentos	
Nº de operações contratadas com Pronaf para a modernização de empreendimentos	
Valor total das operações contratadas com Pronaf para a modernização de empreendimentos	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Produtos	
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf A (total, por atividade, por estado)	Empreendimentos implantados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que começaram a funcionar a partir do financiamento obtido.
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf B (total, por atividade, por estado)	Empreendimentos ampliados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram aumento da capacidade produtiva a partir do financiamento obtido.
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf A/C (total, por atividade, por estado)	Empreendimentos modernizados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram processos de modernização produtiva ou gerencial a partir do financiamento obtido.
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf Jovem (total, por atividade, por estado)	Empreendimentos mantidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que não se incluem nas demais categorias, ou seja, ficaram estáveis.
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf Mulher (total, por atividade, por estado)	Empreendimentos expandidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram ampliação da área de abrangência (abriram novas unidades produtivas ou buscaram novos mercados) a partir do financiamento obtido.
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf Agricultor Familiar (AF) (total, por atividade, por estado)	Fonte dos dados: banco de dados do setor de fiscalização /Pesquisa de campo.
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf Agroindústria Familiar (total, por atividade, por estado)	
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf Eco (total, por atividade, por estado)	
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf Floresta (total, por atividade, por estado)	
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf Mais Alimentos (total, por atividade, por estado)	
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf MPO – Amazônia Florescer (total, por atividade, por estado)	
Nº de empreendimentos implantados com Pronaf custeio de Agroindústria Familiar (total, por atividade, por estado)	
Nº de empreendimentos implantados com o Pronaf Agroecologia (total, por atividade, por estado)	

4.2. Indicadores de resultados

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento de produção dos empreendimentos financiados	
% de aumento do valor bruto da produção dos empreendimentos financiados (total, por porte, por setor e por estado)	Banco de dados - setor de fiscalização/Pesquisa de campo Incluir o dado na ficha de fiscalização do empreendimento.
% de aumento da produção dos empreendimentos financiados (total, por porte, por atividade e por estado)	
% de crescimento da área cultivada com lavouras temporárias e permanentes nos empreendimentos financiados (antes e depois)	
% de crescimento do efetivo dos rebanhos nos empreendimentos financiados (antes e depois)	
% de crescimento da produção de produtos de origem animal nos empreendimentos financiados (antes e depois)	
Empregos gerados nos empreendimentos financiados	
Número de empregos médio por empreendimento (antes, projetado e obtido) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos. RAIS CAGED.
Empregos diretos gerados por nível de instrução (com carteira, sem carteira, familiar e temporário) – total, por porte, por setor e por estado	
Custo do emprego gerado (número de empregos gerados por valor total dos projetos) – total, por setor, por porte, por região e por estado	
Aumento do faturamento dos empreendimentos financiados	
Receita bruta média (antes, projetada e obtida) – total, por estado, por setor e por porte	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de aumento da receita bruta - total, por estado, por setor e por porte	
Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados	
% de empreendimentos que realizam adotam a prática de queimadas na agricultura e pecuária (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos com licença ambiental atualizada (antes e depois)	
% de empreendimentos que dão destino adequado aos resíduos sólidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que efetuam controle biológico de pragas e doenças (antes e depois)	
% de empreendimento que efetuam a tríplex lavagem e o controle da destinação de vasilhames de agroquímicos (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam efluentes líquidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam práticas de conservação do solo (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam e controla emissões atmosféricas (antes e depois)	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento da proporção de empreendimentos que adotam tecnologia no processo de produtivo	
% de empreendimentos que efetuam análise de solos (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos que efetuam calagem e adubação química (antes e depois)	
% de empreendimentos que efetuam adubação orgânica (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam tração mecânica no preparo do solo (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam mudas fiscalizadas e sementes melhoradas (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam agroquímicos para o controle de pragas e doenças (antes e depois)	
% de empreendimentos com acesso aos serviços de assistência e/ou consultoria rural (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam sistemas de irrigação (antes e depois)	
% de estabelecimentos que participam de associações e/ou cooperativas (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam silos na propriedade (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que efetuam rotação de pastagens (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que efetuam monta controlada (antes e depois)	
% de estabelecimentos pecuários que utilizam capineira (antes e depois)	
% de estabelecimentos pecuários que utilizam sal e rações na suplementação da alimentação (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que efetuam inseminação artificial (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que efetuam transferência de embrião (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que efetuam ordenha mecanizada (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que utilizam tanques de resfriamento (antes e depois)	
% de empreendimentos pecuários que possuem rebanho rastreado (antes e depois)	
Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas gerenciais modernas e tecnologias competitivas.	
% de empreendimentos que fazem controle de qualidade, seleção, classificação e, ou, padronização de produtos (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos que realizam treinamento dos empregados (antes e depois)	
% de empreendimentos que fazem controle contábil de receitas e despesas (antes e depois)	
% de empreendimentos que fazem controle informatizado da produção e gestão (antes e depois)	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Ampliação de mercado	
% da produção destinada ao mercado local – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% da produção destinada ao mercado estadual – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado regional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado nacional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado internacional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
Ampliação de mercado	
% da produção destinada ao mercado local – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% da produção destinada ao mercado estadual – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado regional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado nacional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado internacional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	

4.3. Indicadores de impactos

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento do PIB do setor AGROPECUÁRIO	
% de crescimento do PIB setorial	IBGE
% de contribuição do FNO no aumento do PIB do setor	Matriz Insumo Produto e Modelo de Equilíbrio Geral
Aumento do valor bruto da produção das principais atividades	
% de aumento do valor bruto da produção	IBGE – PAM e PPM
Aumento da produtividade	
% de aumento da produtividade média das principais atividades do setor agropecuário	IBGE – PAM e PPM
Relação entre o % de aumento da produtividade média das principais atividades do setor em empreendimentos financiados pelo Pronaf FNO	IBGE e Pesquisa de Campo
Relação entre o % de aumento da produtividade média dos empreendimentos financiados do setor/atividade/% de aumento da produtividade média do setor/atividade	IBGE e Pesquisa de Campo
Aumento das exportações do setor e dos seus principais produtos	
% de aumento das exportações totais do setor	MDIC- AliceWeb
% de aumento das exportações das principais atividades do setor	
% de aumento das exportações dos empreendimentos financiados pelo Pronaf FNO	
Aumento da oferta de matéria-prima para indústria	
% de crescimento da produção destinada à indústria	IBGE
% de crescimento da produção destinada à indústria em empreendimentos financiados pelo Pronaf FNO	
Aumento da oferta de alimentos da cesta básica	
% de aumento da oferta de alimentos da cesta básica para o consumo da população	IBGE
% de aumento da oferta de alimentos do setor/atividade em empreendimentos financiados pelo Pronaf FNO	
Redução do desmatamento	
% de redução da área de queimadas	
% de redução da área de queimadas em empreendimentos financiados pelo Pronaf FNO	

Continua...

5. FNO BIODIVERSIDADE

5.1. Indicadores de execução das ações

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Financiamentos	
Nº total de operações contratadas	<p>A forma de cálculo é a utilizada atualmente.</p> <p>Fonte dos dados: Banco de dados das operações realizadas pelo Banco da Amazônia.</p>
Valor total das operações contratadas	
Nº total de operações contratadas por estado	
Valor total das operações contratadas por estado	
Nº total de operações contratadas por atividade	
Valor total de operações contratadas por atividade	
Nº total de operações contratadas por finalidade (custeio e investimento)	
Valor total de operações contratadas por finalidade (custeio e investimento)	
Nº total de operações contratadas por porte	
Valor total das operações contratadas por porte	
Nº total de operações contratadas nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
Valor total financiado nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
Nº de operações contratadas com FNO Biodiversidade – Uso Alternativo do Solo	
Nº de operações contratadas com FNO Biodiversidade – Área de Reserva Lega e APP	
Valor financiado com FNO Biodiversidade – Uso Alternativo do Solo	
Valor financiado com FNO Biodiversidade – Área de Reserva Lega e APP	
Nº total de operações contratadas nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da região Norte	
Valor total financiado nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da região Norte	
Nº total de operações contratadas nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre	
Valor total financiado nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre.	
Nº total de operações contratadas nos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania na região Norte	
Valor total financiado nos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania na região Norte	
Nº total de operações contratadas por atividade (agricultura e pecuária)	
Valor total financiado por atividade (agricultura e pecuária)	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Nº de operações contratadas para a implantação de empreendimentos	<p>A forma de cálculo é a utilizada atualmente.</p> <p>Fonte dos dados: Banco de dados das operações realizadas pelo Banco da Amazônia.</p>
Valor total das operações contratadas para a implantação de empreendimentos	
Nº de operações contratadas para a ampliação de empreendimentos	
Valor total das operações contratadas para a ampliação de empreendimentos	
Nº de operações contratadas para a modernização de empreendimentos	
Valor total das operações contratadas para a modernização de empreendimentos	
Produtos	
Nº de empreendimentos implantados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	<p>Empreendimentos implantados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que começaram a funcionar a partir do financiamento obtido.</p>
Nº de empreendimentos ampliados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	<p>Empreendimentos ampliados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram aumento da capacidade produtiva a partir do financiamento obtido.</p>
Nº de empreendimentos modernizados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	<p>Empreendimentos modernizados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram processos de modernização produtiva ou gerencial a partir do financiamento obtido.</p>
Nº de empreendimentos financiados mantidos (total, por porte, por setor, por região e por estado)	<p>Empreendimentos mantidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que não se incluem nas demais categorias, ou seja, ficaram estáveis.</p>
Nº de empreendimentos expandidos (total, por porte, por setor, por região e por estado)	<p>Empreendimentos expandidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram ampliação da área de abrangência (abriram novas unidades produtivas ou buscaram novos mercados) a partir do financiamento obtido.</p>
Nº de projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e preservação permanente implantados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	<p>Fonte dos dados: banco de dados do setor de fiscalização /Pesquisa de campo.</p>

5.2. Indicadores de resultados

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento da produção	
% de aumento da produção em relação à situação anterior (levantado a partir da produção antes e atual) – total, por porte, por região, por estado – aquicultura, fruticultura regional, apicultura e aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas e reflorestamento	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de aumento da produção em relação à situação projetada (levantado a partir da produção antes e atual) – total, por porte, por região, por estado – aquicultura, fruticultura regional, apicultura e aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas e reflorestamento	
Aumento da produtividade	
% de incremento da produtividade (calculado a partir do levantamento da produtividade antes e atual) – total, por porte, por região, por estado – aquicultura, fruticultura regional, apicultura e aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas e reflorestamento	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
Empregos gerados	
% de aumento do número médio de emprego total, por empreendimento em relação à situação anterior (levantado a partir da situação antes e atual) –	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de aumento do número médio de empregos total, por empreendimento em relação à situação projetada (levantado a partir da situação antes e atual) – total, por porte, por região, por estado	
% de aumento do número médio de empregos permanentes por empreendimento em relação à situação anterior (levantado a partir da situação antes e atual) – total, por porte, por região, por estado	
% de aumento do número médio de empregos permanentes, por empreendimento em relação à situação projetada (levantado a partir da situação (projetada e atual) – total, por porte, por região, por estado	
% de aumento do número médio de empregos temporários por empreendimento em relação à situação anterior (levantado a partir da situação antes e atual) – total, por porte, por região, por estado	
% de aumento do número médio de empregos temporários por empreendimento em relação à situação projetada (levantado a partir da situação antes e atual) – total, por porte, por região, por estado	
% de aumento do número médio de empregos familiar por empreendimento (levantado a partir da situação antes e atual) – total, por porte, por região, por estado	
% de aumento do número médio de empregos informal por empreendimento (levantado a partir da situação antes e atual) – total, por porte, por região, por estado	
Empregos gerados (formais e informais)	Matriz Insumo Produto
% de crescimento de emprego formal	RAIS
Aumento do valor bruto da produção dos empreendimentos financiados	
% de incremento do valor bruto da produção médio dos empreendimentos em relação à situação anterior (levantado a partir da situação antes e atual) – total, por porte, por região, por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de incremento do valor bruto da produção médio dos empreendimentos em relação à situação projetada (levantado a partir da situação projetada e atual) – total, por porte, por região, por estado	
Valor bruto da produção incremental	Matriz Insumo Produto

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Ampliação do acesso aos mercados	
% da produção destinada ao mercado local (antes e atual) – aquicultura, fruticultura regional, apicultura e aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas, reflorestamento e florestamento	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% da produção destinada ao mercado estadual (antes e atual) – aquicultura, fruticultura regional, apicultura e aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas, reflorestamento e florestamento	
% da produção destinada ao mercado nacional (antes e atual) – aquicultura, fruticultura regional, apicultura e aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas, reflorestamento e florestamento	
% da produção destinada ao mercado externo (antes e atual) – aquicultura, fruticultura regional, apicultura e aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas, reflorestamento e florestamento	
Ampliação de áreas com aquicultura	
% de aumento da área de viveiros em relação à situação anterior (levantado a partir das áreas plantadas antes e atual) – total, por porte, por região, por estado – piscicultura e aquicultura	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de aumento da área de viveiro em relação à situação projetada (levantado a partir das áreas plantadas projetado e atual) – total, por porte, por região, por estado – piscicultura e aquicultura	
% de aumento do número de tanques-rede em relação à situação anterior (levantado a partir das áreas plantadas antes e atual) – total, por porte, por região, por estado – piscicultura	
% de aumento do número de tanques-rede em relação à situação projetada (levantado a partir das áreas plantadas antes e atual) total, por porte, por região, por estado – piscicultura	
Melhoramento das técnicas de gestão e produção	
Sobre técnicas de gestão (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos que fazem controle contábil de receitas e despesas	
% de empreendimentos que fazem controle da produção	
% de empreendimentos que fazem controle de qualidade, seleção, classificação e, ou, padronização de produtos	
% de empreendimentos que utilizam sistema de informações de preços e de mercados	
% de empreendimentos que capacitam empregados	
% médio de funcionários capacitados nos empreendimentos	
% de empreendimentos que participam de alguma forma associativa de realização de compras de insumos conjuntas	
% de empreendimentos que participam de alguma forma associativa para comercialização da produção conjunta	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Melhoramento do nível de preservação e conservação ambiental	
% de empreendimentos com local apropriado para armazenamento de reação e medicamentos (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos que treinam adequadamente as pessoas que fazem a aplicação de alimentos e medicamentos (antes e depois)	
% de empreendimentos que têm outorga de água utilizada para aquicultura (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam fontes alternativas de energia limpas (eólica, biomassa e solar) – antes e depois	
% de empreendimentos que possuem fontes hídricas (lagoas, açudes, barragens, rios, e riachos) com alguma evidência de poluição (antes e depois)	
% de empreendimentos que fazem controle da qualidade e manejo da água descartada	
% de empreendimentos que substituíram equipamentos de pesca predatória por equipamentos e métodos adequados	
% de empreendimentos com licença ambiental atualizada (antes e depois)	
Áreas de reserva legal (ARL) e de preservação permanente (APP) recuperada e regularizada	
Tamanho das Áreas de reserva legal e de preservação permanente recuperada	Pesquisa de Campo
Tamanho das Áreas de reserva legal e de preservação permanente regularizada	
Nº de empreendimentos que regularizaram a área de reserva legal e de preservação permanente	
% das áreas de reserva legal e preservação permanente degradada (antes e depois)	
% de empreendimentos regularizados em termos de área de reserva legal e de preservação permanente (antes e depois)	
Aumento da produção própria beneficiada	
% da produção beneficiada nos empreendimentos financiados (antes e depois)	
Aumento da produtividade dos empreendimentos financiados	
% de aumento da produtividade média das principais atividades do setor nos empreendimentos financiados	Pesquisa de campo

5.3. Indicadores de impactos

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento da oferta de emprego do setor e das principais atividades	
% de crescimento da oferta de emprego do setor ou atividade – total e por estado	Dados oficiais e MIP, IBGE, Sisbacen coeficientes técnicos
% de contribuição do FNO no aumento de emprego do setor ou atividade – total e por estado	MIP e coeficientes técnicos
Aumento do PIB do setor	
% de crescimento do PIB setorial (aquicultura, fruticultura, reflorestamento) – total e por estado	IBGE
% de contribuição do FNO no aumento do PIB do setor – total e por estado	IBGE e pesquisa de campo e outros
Aumento do valor bruto da produção das principais atividades	
% de aumento do valor bruto da produção das principais atividades do setor – total e por estado	IBGE e estatísticas setoriais
% de aumento do valor bruto da produção nos empreendimentos financiados pelo FNO/% de aumento do valor bruto da produção do setor para as principais atividades – total e por estado	IBGE, estatísticas setoriais e pesquisa de campo
Aumento da produtividade	
% de aumento da produtividade média das principais atividades do setor – total e por estado	IBGE e estatísticas setoriais
Relação entre o % de aumento da produtividade média dos empreendimentos financiados do setor/atividade/% de aumento da produtividade média do setor/atividade – total e por estado	IBGE, estatísticas setoriais e pesquisa de campo
Aumento das exportações do setor e dos seus principais produtos	
% de aumento das exportações totais do setor em valor e volume	
% de aumento das exportações das principais atividades do setor em valor e volume	MDIC – AliceWeb
% de aumento das exportações dos empreendimentos financiados pelo FNO	Matriz Insumo Produto
Redução de áreas de reserva legal e de preservação permanente	
Áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas (antes e depois)	
% de redução de áreas de reserva legal e preservação permanente degradadas	
Áreas de reserva legal e de preservação permanente irregulares (antes e depois)	
% de redução de áreas de reserva legal e preservação permanente irregulares	Estatísticas de Órgãos de Meio Ambiente e Pesquisa de Campo

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Redução do uso de práticas agressivas ao meio ambiente	
% de redução do uso de queimadas	Estatísticas oficiais
% de redução da pesca predatória	
Aumento da produção beneficiada	
% aumento da proporção da produção beneficiada	Estatísticas oficiais

Continua...

6. FNO Micro e Pequena Empresa e FNO Empreendedor Individual

6.1. Indicadores de execução das ações

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Financiamentos	
Nº total de operações contratadas (total, por setor, por estado)	A forma de cálculo é a utilizada atualmente. Fonte dos dados: Banco de dados das operações realizadas pelo Banco da Amazônia.
Valor total das operações contratadas (total, por setor, por estado)	
Valor financiado para capital de giro (total, por setor, por estado)	
Valor financiado para investimento (total, por setor, por estado)	
Nº de empreendimentos financiados com implantação	
Nº de empreendimentos financiados com ampliação	
Nº de empreendimentos financiados com modernização	
Nº de empreendimentos financiados com realocização	
Valor total financiado com implantação	
Valor total financiado com ampliação	
Valor total financiado com modernização	
Valor total financiado com realocização	
Nº total de operações contratadas nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
Valor total financiado nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica	
Nº total de operações contratadas nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da região Norte	
Valor total financiado nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da região Norte	
Nº total de operações contratadas nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre	
Valor total financiado nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Marajó e Vale do Rio Acre.	
Nº total de operações contratadas nos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania na região Norte	
Valor total financiado nos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania na região Norte	
Nº de operações contratadas para a implantação de empreendimentos	
Valor total das operações contratadas para a implantação de empreendimentos	
Nº de operações contratadas para a ampliação de empreendimentos	
Valor total das operações contratadas para a ampliação de empreendimentos	
Nº de operações contratadas para a modernização de empreendimentos	
Valor total das operações contratadas para a modernização de empreendimentos	

Continua...

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Produtos	
Nº de empreendimentos implantados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	Empreendimentos implantados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que começaram a funcionar a partir do financiamento obtido.
Nº de empreendimentos ampliados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	Empreendimentos ampliados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram aumento da capacidade produtiva a partir do financiamento obtido.
Nº de empreendimentos modernizados (total, por porte, por setor, por região e por estado)	Empreendimentos modernizados são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram processos de modernização produtiva ou gerencial a partir do financiamento obtido.
Nº de empreendimentos financiados mantidos (total, por porte, por setor, por região e por estado)	Empreendimentos mantidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que não se incluem nas demais categorias, ou seja, ficaram estáveis.
Nº de empreendimentos expandidos (total, por porte, por setor, por região e por estado)	Empreendimentos expandidos são aqueles financiados pelo Banco da Amazônia que promoveram ampliação da área de abrangência (abriram novas unidades produtivas ou buscaram novos mercados) a partir do financiamento obtido. Fonte dos dados: banco de dados do setor de fiscalização / Pesquisa de campo.

6.2. Indicadores de resultados

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento de produção dos empreendimentos financiados	
% de aumento da produção em relação à situação anterior (total, por porte, por setor e por estado)	Este dado deverá ser incorporado na ficha de fiscalização. Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de aumento da produção em relação à situação projetada (total, por porte, por setor e por estado)	
Aumento da produtividade	
% de crescimento da produtividade dos empreendimentos antes e depois (total, por porte, por setor e por estado)	
Empregos gerados	
Número de empregos médio por empreendimento (antes, projetado e obtido) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos. Multiplicador de Insumo produto. RAIS CAGED
Empregos diretos gerados por nível de instrução (com carteira, sem carteira, familiar e temporário) – total, por porte, por setor e por estado	
% de crescimento do emprego formal (por setor, por porte e por estado)	
Custo do emprego gerado (número de empregos gerados por valor total dos projetos) – total, por setor, por porte, por região e por estado	
Aumento do faturamento dos empreendimentos financiados	
Receita bruta média (antes e depois) – (total, por estado, por setor e por porte)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de aumento da receita bruta – (total, por estado, por setor e por porte)	
Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados	
% de empreendimentos com licença ambiental atualizada (antes e depois)	
% de empreendimentos que dão destino adequado aos resíduos sólidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam efluentes líquidos (antes e depois)	
Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas gerenciais modernas e tecnologias competitivas.	
% de empreendimentos que fazem controle de qualidade, seleção, classificação e, ou, padronização de produtos (antes e depois)	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% de empreendimentos que realizam treinamento dos empregados (antes e depois)	
% de empreendimentos que fazem controle contábil de receitas e despesas (antes e depois)	
% de empreendimentos que utilizam sistemas de informação de mercados (antes e depois)	
% de empreendimentos que fazem controle informatizado da produção e gestão (antes e depois)	
% de empreendimentos que participam de associações/cooperativas para aquisição de insumos e comercialização de produtos (antes e depois)	

Continuação

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Ampliação de mercado	
% da produção destinada ao mercado local – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	Pesquisa de campo a ser realizada a cada 3 anos.
% da produção destinada ao mercado estadual – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado regional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado nacional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	
% da produção destinada ao mercado internacional – média dos empreendimentos (antes e depois) – total, por porte, por setor e por estado	

6.3. Indicadores de impactos

Indicador	Descrição / Fonte dos dados
Aumento da oferta de emprego	
% de crescimento da oferta de emprego das micro e pequenas empresas (total, por setor e por estado)	RAIS, CAGED
% de contribuição do FNO no aumento do número de micro e pequenas empresas	RAIS, CAGED, MIP e outras fontes oficiais.
Aumento da participação das micro e pequenas empresas na economia regional	
% de participação das micro e pequenas empresas no PIB da região Norte (antes e depois)	IBGE, MTE e outras fontes oficiais
% de aumento da participação das micro e pequenas empresas no PIB da região Norte	
Taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas na região Norte (total, por setor e por estado)	
Aumento das exportações regionais das micro e pequenas empresas	
% de aumento do número de micro e pequenas empresas regionais que exportam (total, por setor, por porte e por estado)	MDIC – AliceWeb
% de aumento das exportações (quantidade e valor) das micro e pequenas empresas regionais (total, por setor, por porte e por estado)	



BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia. E a sua vida.